



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMOCIM DE SAO FELIX/PE

PROCESSO: 00000267120198172430

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL VIRGINIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

**Conforme laudo produzido, o autor no exame físico, não possui limitações ou deformidades no corpo:**

#### **DESCRIÇÃO**

##### **Exame Físico:**

Ao exame físico, consciente, orientado, eupneico, sem deficits de forças. Não apresenta lesões macroscópicas ou deformidades em superfície corporal.

**Quanto à alegada hipertensão arterial e insuficiência cardíaca, o perito foi claro ao concluir que INEXISTE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL com o sinistro em tela:**

#### **DISCUSSÃO / CONCLUSÃO:**

Diante do relato do periciando e do exame complementar recente apresentado, concluo que não tenho elementos para estabelecer nexo causal e temporal da hipertensão arterial e da insuficiência cardíaca descrita com o fato.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente

demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMOCIM DE SAO FELIX, 3 de fevereiro de 2023.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**

**30225 - OAB/PE**